

O TRABALHO DE ARRANJO E DESCRIÇÃO DE ACERVOS ARQUIVÍSTICOS NO BRASIL

Eliezer Pires da Silva

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

eliezerpires@gmail.com

Cintia da Silva Ribeiro

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

cintiaribeiro21@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A organização dos acervos arquivísticos e a criação de instrumentos que permitam a recuperação de informação, a partir desses acervos, representam uma das atividades específicas do profissional arquivista, com base no arcabouço teórico-metodológico que sustenta a Arquivologia, em especial, nas construções conceituais em torno do Princípio da Proveniência e da normalização da descrição arquivística.

O significado do Princípio da Proveniência distingue os acervos arquivísticos de outros contextos informacionais como, por exemplo, das peças museológicas e das obras biblioteconômicas. Para a Arquivologia, esse Princípio assegura a preservação do contexto dos documentos de arquivo. Para os autores da área, a ausência do respeito ao Princípio da Proveniência impossibilita conhecer o documento no seu sentido mais amplo, como de produção, e desta forma, que ele seja usado como evidência das atividades de uma instituição, pessoa ou família. (CUNNINGHAM, 2007, p. 1)

Desse modo, o trabalho de arranjo realizado pelo arqui-

vista é orientado, fundamentalmente, pelo Princípio da Proveniência. Em relação à descrição arquivística, trata-se de uma atividade técnica do arquivista que se define pelo objetivo de registrar essas informações sobre a proveniência dos acervos arquivísticos e elaborar uma representação exata do objeto a ser descrito, a fim de resguardar as características dos arquivos de imparcialidade, autenticidade e principalmente, organicidade, segundo a opinião de autores como Schellenberg (1980).

Assim, a descrição arquivística tem a pretensão de ser uma representação consistente dos documentos arquivísticos, e estes, por sua vez, refletem a complexa relação das atividades dos produtores com o acervo. A descrição arquivística demanda do profissional competências linguísticas, além de conhecimento histórico e compreensão das construções teórico-metodológicas envolvidas nesse trabalho arquivístico.

Esta comunicação está vinculada ao projeto de pesquisa Aplicação do Princípio da Proveniência, no âmbito do Departamento de Estudos e Processos Arquivísticos da UNIRIO, desde agosto de 2013. A pesquisa objetivou **investigar como se dá a aplicação do Princípio da Proveniência e a adoção das normas de descrição arquivística no contexto brasileiro, tendo como caminho metodológico a análise das descrições dispostas no Banco de Dados do Portal Memórias Reveladas**. A questão norteadora do trabalho foi: **como tem sido as práticas dos profissionais arquivistas na realização do trabalho de arranjo e descrição de acervos arquivísticos no Brasil?**

A fundamentação teórico-metodológica envolveu a problematização de noções como o trabalho de arranjo arquivístico, o conceito de fundo de arquivo versus coleção, o trabalho de descrição arquivística e sua normalização, o Princípio da Proveniência e a sua relação com a procedência, a noção de

produtor na Arquivologia, além da utilização do Banco de Dados do Portal Memórias Reveladas do Arquivo Nacional, a fim de elaborar indicadores que qualifiquem as atividades arquivísticas investigadas. Foram analisadas as descrições arquivísticas de 224 conjuntos documentais (fundos e coleções) custodiados por diferentes instituições entre 2013 e 2015.

Esse caminho metodológico permitiu a análise do banco de dados Memórias Reveladas que reúne, de forma cooperativa, informações sobre acervos arquivísticos relacionados à repressão política no período 1964-1985 no Brasil, custodiado por diferentes entidades brasileiras. As informações, exibidas em até cinco níveis de detalhamento, acham-se em constante atualização e proporcionam um panorama do acervo disponível à consulta em diferentes pontos do país.

2 TRABALHO DE ARRANJO

O trabalho arranjo é a primeira atividade exercida pelo arquivista na organização de acervos arquivísticos que sem encontram em fase permanente. Para que esta organização seja feita de forma coerente, é necessário que compreendamos todos os conceitos que estão envoltos desta atividade, e desta forma, possamos compreender a realidade brasileira e dos profissionais que aqui a exercem.

O Princípio da Proveniência é fundamental neste contexto por ser o princípio norteador de todas as atividades arquivísticas. Entretanto, os aspectos observados na aplicação deste na realidade brasileira nos faz questionar sobre como estão sendo realizadas as atividades de organização dos acervos permanentes no Brasil. Os subcapítulos a seguir procuram demonstrar e esclarecer tais aspectos e questões, utilizando o Banco de Dados do Portal Memórias Reveladas do Arquivo Nacional como um dos exemplos.

2.1 Aspectos conceituais da organização de acervos arquivísticos

Na Arquivologia, o trabalho de arranjo consiste na organização técnica que se confere aos documentos na fase permanente. “O arranjo é comandado pela estrutura e pelo funcionamento da administração”. (BELLOTTO, 2006, p.29) Segundo Heloísa Bellotto, os documentos que são arranjados são decorrentes do trabalho da avaliação, sendo julgados de valor permanente e dispostos na tabela de temporalidade, portanto não se pode desconsiderar a classificação, operação efetuada anteriormente à avaliação.

A operação de arranjo resume-se à ordenação dos conjuntos documentais remanescentes das eliminações (ditadas pelas tabelas de temporalidade e executadas nos arquivos correntes e intermediários), obedecendo a critérios que respeitem o caráter orgânico dos conjuntos, interna e externamente. (BELLOTTO, 2006, p. 136).

De acordo com o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p.37), o arranjo é a “sequência de operações intelectuais e físicas que visam à organização dos documentos de arquivo ou coleção, de acordo com um plano ou quadro previamente estabelecido”. Tal proposta confere organização aos arquivos em sua fase permanente, de acordo com o quadro de arranjo, que corresponde ao plano de classificação da fase corrente dos arquivos.

Ambos, porém, tem a finalidade de traduzir visualmente as relações hierárquicas e orgânicas entre as classes definidas para a organização da documentação. Vale destacar que, as classes ganham nomes específicos: grupos, subgrupos e séries. (GONÇALVES, 1998, p.14).

Desta forma, Janice Gonçalves estabelece semelhanças e diferenças entre plano de classificação e quadro de arranjo,

e consequentemente, entre os termos classificação e arranjo. A semelhança se encontra nas funções de cada um, que são definidas igualmente, entretanto são operações realizadas em fases diferentes dos arquivos (corrente e permanente, respectivamente).

Entretanto, Marilena Paes faz uma abordagem mais prática do trabalho de arranjo. Segundo ela, arranjo é a “reunião e ordenação adequada dos documentos” (2004, p. 122). Além disso, ela diz que existem dois tipos de atividades desenvolvidas no arranjo: as intelectuais e as físicas.

As atividades intelectuais consistem na análise dos documentos quanto a sua forma, origem funcional e conteúdo. As atividades físicas se referem à colocação dos papéis nas galerias, estantes ou caixas, seu empacotamento, fixação de etiquetas, etc. (PAES, 2004, p.123).

No Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, encontram-se dois tipos de arranjo: o funcional e o estrutural. O funcional tem como base “as funções desempenhadas pela entidade produtora dos arquivos” (2005, p. 38) e a estrutural tem como base “a estrutura administrativa” (2005, p. 37) da mesma entidade.

Para Heloísa Bellotto (2006, p.141), o processo de arranjo possui três etapas:

- a) “Levantamento da evolução institucional da entidade produtora dos documentos”;
- b) “Prospecção arqueológica dos documentos a arranjar”;
- c) “Estudo institucional das entidades produtoras do material detectado”;

A autora também cita cinco aspectos analisados pelos arquivistas no trabalho de arranjo, são eles: a proveniência, a história do produtor, as funções das quais os documentos resultam, o conteúdo dos documentos e os tipos de material.

Schellenberg afirma que arranjo é o “processo de agrupamento dos documentos singulares em unidades significativas e o agrupamento, em relação significativa, de tais unidades entre si” (1980, p.89). No trecho, o autor também se refere à característica da organicidade, que prevalece na organização do arquivo e está diretamente ligada à conceituação de fundo de arquivo (e é o que distingue os conjuntos de documentos arquivísticos das coleções).

Assim como ele, outros autores destacam a importância do Princípio da Proveniência como norteador do trabalho de arranjo, justificada em três assertivas:

1 – Preserva a integridade (poder probatório) dos conjuntos documentais como informação, refletindo-se no arranjo as origens e os processos que os criaram;

2 - O conteúdo dos itens documentais, produto de determinada atividade, é plenamente inteligível (seu significado) quando no contexto dos demais documentos que se referem a ela;

3 – O profissional arquivista ganha uma orientação prática e econômica para o arranjo, descrição e consulta dos documentos em sua custódia. (SCHELLENBERG, 1980)

Em suma, podemos concluir que o trabalho de arranjo consiste na organização técnica e hierárquica dos documentos em sua fase permanente. O arquivista deve utilizar seus conhecimentos sobre os princípios e conceitos arquivísticos, em especial ao Princípio da Proveniência, para manter a integridade dos fundos que irá organizar e respeitar a origem de cada um deles, ou seja, sua proveniência, para dar sustentação ao seu trabalho.

A pesquisa é fundamental para a realização do trabalho de arranjo do arquivista. O conhecimento do contexto de produção dos documentos, da história do produtor, suas

funções, sua estrutura, as tipologias documentais, são recursos imprescindíveis na elaboração do quadro de arranjo, no qual podemos visualizar as estruturas orgânicas e administrativas dos fundos de arquivo. A finalidade do trabalho de arranjo coincide com a finalidade do arquivo permanente, que é a de possibilitar o acesso aos documentos, é uma atividade realizada para o usuário, para fins de pesquisa e a preservação da memória da instituição produtora.

2.2 A aplicação do princípio da proveniência no brasil

O princípio fundamental da arquivologia dos arquivos em fase permanente sem dúvida é o Princípio da Proveniência (ou respeito aos fundos). Ele consiste em deixar agrupados os documentos provenientes de uma mesma entidade, pessoa física ou jurídica, sem misturar a outros. (BELLOTTO, 2006, p. 130)

Segundo Heloísa Bellotto (2006, p. 131), esse princípio se divide em dois, o 1º e o 2º grau:

- 1º grau: “Respeitar o órgão de origem, não deixando que seus documentos se misturem com os de outro órgão”
- 2º grau: “Respeitar a ordem estrita em que os documentos vieram da repartição de origem, na sequência original de séries, mesmo que deturpada pelas baixas decorrentes da execução das tabelas de temporalidade.”

Portanto, o primeiro grau do Princípio da Proveniência refere-se ao respeito aos fundos de arquivo, ou seja, o órgão que originou o fundo deve ser respeito, não deixando seus documentos se misturarem com os de outro órgão. O segundo grau, por sua vez, refere-se à manutenção da ordem original, que deve ser respeitada assim como veio de sua entidade originária, na mesma divisão de séries, subséries e etc.

Em pesquisa realizada em 2013, à partir da área de pesquisa Multinível do Sistema de Informações do Arquivo Nacional, onde está disposta uma lista em ordem alfabética dos 850 fundos existentes na instituição, Silva e Paiva (2013, p. 383) analisaram as práticas arquivísticas de aplicação do Princípio da Proveniência na realidade brasileira, com base na principal instituição arquivística do país. O campo “forma de acumulação” de cada conjunto foi examinado e o resultado final mostrou o maior percentual de fundos, representando 66% do total de conjuntos, sugerindo que a instituição possui no seu acervo um número um pouco maior que a metade de conjuntos documentais constituídos por documentos provenientes de um mesmo produtor.

Ainda com base na pesquisa de Silva e Paiva (2013), nota-se a elevada quantidade de fundos e coleções com o campo “nome do produtor” em branco na sua descrição, o que sugere fragilidade na aplicação do Princípio da Proveniência dentro dos parâmetros estabelecidos na literatura da área. Do total de fundos/coleções, 63% apresenta o tipo de sistema de arranjo em seu respectivo campo de descrição e uma quantidade expressiva, 37%, não possui dados disponíveis sobre o arranjo. Os autores destacam o fato de que as inconsistências na descrição impediram uma compreensão mais precisa do reflexo das variações de competência dos organismos produtores na composição dos fundos, da extensão do respeito à integridade dos fundos e às classificações estabelecidas pelos organismos produtores.

A despeito de ser um dos objetivos fundamentais do arranjo e da descrição permitir e facilitar o acesso aos documentos, a pluralidade de critérios existentes sobre o conceito de fundo e as diferentes classificações internas adotadas na organização do acervo afetam a acessibilidade aos documentos de modo a dificultar a recuperação de informação e, em consequência

disso, um usuário, mesmo com o auxílio de novas tecnologias, pode ser prejudicado na sua busca por informação.

Os dados desta pesquisa apontam que os fundos recebidos e custodiados por instituições arquivísticas brasileiras se tratam de massa documental acumulada, e não de documentos que receberam qualquer tipo de tratamento arquivístico, desde sua produção, até a sua destinação final. A gestão de documentos é uma realidade distante no cenário brasileiro.

Na teoria, o trabalho de arranjo deve respeitar a classificação de origem. Entretanto, a realidade brasileira é diferente. Por tratarmos, na maioria dos casos, com massa documental acumulada,

O trabalho de arranjo deve se basear na classificação correta, mesmo que não se tenha conhecimento imediato das atividades e funções que originaram os documentos e seja necessário pesquisa-las para se atingir a indispensável organicidade. (BELLOTTO, 2006, p. 136).

As descrições do Banco de Dados do Portal Memórias Reveladas são um exemplo sobre a realidade brasileira de arranjo e descrição, assim como a aplicabilidade do Princípio da Proveniência.

O Banco de Dados foi escolhido como análise metodológica por se tratar de um banco alimentando online por instituições do país inteiro, ou seja, são descrições dispostas para consulta de livre acesso a respeito de acervos custodiados por diferentes instituições arquivísticas de todas as regiões do Brasil.

Para dar início a análise, constitui-se uma planilha a fim de observar a aplicação do primeiro e segundo grau, citados anteriormente. O grau 1 (um), respeito aos fundos, foi o mais fácil de se constatar, pois em todas as descrições, não foi identificado nenhum registro sobre a mistura dos documentos de um órgão com o outro. É válido ressaltar que todas as descrições do Banco

de Dados são de nível 1 (um), ou seja, se tratam de fundos ou coleções.

O grau 2 (dois) , por sua vez, foi o mais problemático. Considerando que todas as descrições do Portal são de nível 1 (um), ou seja, são fundos ou coleções, distribuídos em um total de 224 acervos, observou – se que:

- As coleções representam 20% desta totalidade, logo, em 20% dos acervos não há aplicação do Princípio da Proveniência, pois este só se aplica aos fundos;
- A manutenção da ordem original foi explicitada somente em aproximadamente 20% dos casos;
- Em mais de 60% dos fundos descritos não havia informação suficiente para saber se houve a aplicação do princípio ou não, dado considerado o mais alarmante e surpreendente da pesquisa.

É válido ressaltar que estes dados estão sendo revistos e atualizados, porém é possível afirmar que eles revelaram mais sobre a realidade da descrição arquivística no Brasil do que a aplicação do princípio. Nestes mais de 60% casos, não foi possível compreender totalmente o contexto de produção dos acervos. A organicidade, ou a estrutura-orgânico funcional, não foi percebida, e desta forma, não foi possível compreender se na organização destes acervos houve algum tipo de respeito à manutenção da ordem original, comprometendo assim o trabalho de arranjo. Mesmo que essa atividade seja anterior à descrição, por meio desta não é possível perceber o arranjo original ou o arranjo elaborado nos casos de massa documental acumulada, no qual, segundo Bellotto, é necessário alcançar a organicidade.

3 DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA

Como pudemos constatar nos subcapítulos anteriores, a realidade brasileira dos trabalhos de arranjo, e consequentemente, de descrição, é alarmante. A partir disto, propõe-se alguns questionamentos acerca das normas de descrição arquivística internacionais e a norma nacional, a fim de solucionar os problemas que norteiam tais atividades.

3.1 As normas de descrição arquivística

Atualmente existem cinco normas conhecidas para a descrição de documentos de arquivo, quatro internacionais. Existem normas internacionais para descrever os acervos arquivísticos (ISAD/G: General International Standard Archival Description), os produtores de arquivos (ISAAR/CPF: International Standard Archival Authority Record for Corporate Bodies, Persons and Families), as funções dos produtores de arquivos (ISDF: International Standard for Describing Functions) e as instituições custodiadoras de acervos arquivísticos (ISDIAH: International Standard for Describing Institutions with Archival Holdings), além da Norma Brasileira de Descrição Arquivística – NOBRADE. Esses conjuntos de instrumentos normativos são responsáveis pela descrição dos acervos arquivísticos, já que propõem um padrão de campos de identificação dos acervos.

A ISAD(G) e NOBRADE por proporem as mesmas coisas, possuem objetivos similares, com poucas diferenças. A primeira procura garantir a criação de descrições consistentes, apropriadas e autoexplicativas, facilitar a reprodução e troca de informação sobre os documentos arquivísticos e tornar possível a integração de descrição de diferentes arquivos num sistema unificado de informação. A NOBRADE, que é baseada na primeira e na ISAAR, além disso, é constituída por normas

flexíveis para sistemas automatizados e manuais de descrição, que se adaptam à realidade brasileira de organização dos fundos.

As descrições do Portal Memórias Reveladas são totalmente inspiradas na NOBRADE. Alguns campos e áreas são específicos do Portal, enquanto outros procuram dar mais detalhamento às especificações da Norma. Muitos destes campos e áreas não existem na NOBRADE, mas servem para especificar e detalhar cada procedimento que ela estabelece. Eles são adaptações às necessidades do Portal. O quadro comparativo abaixo demonstra as semelhanças e diferenças existentes entre as duas descrições.

Quadro 1: Semelhanças e diferenças entre as descrições da NOBRADE e do Portal Memórias Reveladas:

NOBRADE		Portal Memórias Reveladas	
1.	Área de Identificação	1.	Área de Identificação
1.1	Código de referência	1.1	Código de referência
1.2	Título	1.2	Título
		1.2.1	Indicação do Título
1.3	Data(s)	1.3	Data(s)
		1.3.1	Data de produção
		1.3.2	Data de assunto
1.4	Nível de descrição		
1.5	Dimensão e suporte	1.5	Dimensão e suporte
2.	Área de Contextualização	2.	Área de Contextualização
2.1	Nome(s) do produtor (es)	2.1	Nome(s) do produtor (es)
2.2	História administrativa/Biografia	2.2	História administrativa/Biografia
2.3	História Arquivística	2.3	História arquivística
		2.3.1	Natureza Jurídica
		2.3.2	Forma de acumulação
		2.3.3	Especificação da história arquivística
2.4	Procedência	2.4	Procedência
3.	Área de Conteúdo e Estrutura	3.	Área de Conteúdo e Estrutura
3.1	Âmbito e conteúdo	3.1	Âmbito e conteúdo
		3.1.1	Especificação do conteúdo
3.2	Avaliação, eliminação e temporalidade	3.2	Avaliação, eliminação e temporalidade
3.3	Incorporações	3.3	Incorporações
3.4	Sistema de arranjo	3.4	Sistema de arranjo
		3.4.1	Estágio de tratamento
		3.4.2	Organização

4.	Área de Condições de Acesso e Uso	4.	Área de Condições de Acesso e Uso
4.1	Condições de acesso	4.1	Condições de acesso
		4.1.1	Observações
		4.1.2	Normas legais e administrativas
4.2	Condições de reprodução	4.2	Condições de reprodução
		4.2.1	Outras condições
4.3	Idioma	4.3	Idioma/Escrita
4.4	Características físicas e requisitos técnicos	4.4	Características físicas e requisitos
4.5	Instrumentos de pesquisa	4.5	Instrumentos de pesquisa
5.	Área de Fontes Relacionadas	5.	Área de Fontes Relacionadas
5.1	Existência e localização de originais	5.1	Existência e localização de originais
5.2	Existência e localização de cópias	5.2	Localização de cópias
		5.2.1	Na Instituição
		5.2.2	Outros detentores
5.3	Unidades de descrição relacionadas	5.3	Unidades de descrição relacionadas
		5.3.1	Na Instituição
		5.3.2	Outros detentores
5.4	Nota sobre publicação	5.4	Notas sobre publicação
6.	Área de Notas	6.	Área de Notas
6.1	Notas sobre conservação	6.1	Identificação
		6.1.1	Notação anterior
		6.1.2	Título
		6.1.2.1	Variações
		6.3.2.2	Edição
		6.1.2.3	Local
		6.1.2.4	Editores
		6.1.3	Data
		6.1.4	Dimensões
6.2	Notas gerais	6.2	Números internacionais de edição
		6.3	Estado de conservação
		6.4	Outras
7.	Área de Controle da Descrição	7.	Área de Controle
7.1	Nota do arquivista	7.1	Nota do arquivista
		7.1.1	Bibliografia e outras fontes utilizadas
7.2	Regras ou convenções	7.2	Regras ou convenções
7.3	Data(s) da(s) descrição(ões)	7.3	Responsável da descrição
		7.4	Crédito
		7.5	Agradecimentos

8.	Área de Pontos de Acesso e Indexação de Assuntos	
8.1	Pontos de acesso e indexação de assuntos	

Fonte: NOBRADE e Banco de Dados do Portal Memórias Reveladas.

Para um esclarecimento maior a respeito das descrições, observa-se que no item “1.5 Dimensão e suporte” da NOBRADE, há um comentário afirmando que “As dimensões tornam-se mais específicas quando associadas a informações relativas ao gênero, espécie e tipo de documentos” (CONARQ, p. 7, 2006). O Banco de Dados do Portal, por sua vez, apresenta cerca de 18 (dezoito) subitens relacionados a este item, todos com o objetivo de atender a essas especificações, como: gênero, espécie, quantificação/mensuração, unidade, som, formato, padrão, cor, duração, lado, entre outros.

Outro exemplo é o item “2.3 História arquivística”. Na NOBRADE, a regra para descrever o campo é indicar a natureza da acumulação e a história da gestão da unidade de descrição e tratamentos técnicos anteriores (2006, p. 34). É possível constatar que esta regra é correspondente à três subitens do Portal: “2.3.1 – Natureza jurídica”, “2.3.2 – Forma de acumulação” e “2.3.3 – especificação da história arquivística”. Ou seja, os subitens 2.3.1, 2.3.2 e 2.3.3 atendem as especificações da regra estabelecidas na Norma.

Além disso, pode-se observar que os campos “História Administrativa”, “História Arquivística” e “Especificação do conteúdo” são fundamentais para a compreensão do contexto dos acervos descritos. Quando um dos três não é preenchido, nota-se que o contexto é pouco compreendido ou até mesmo incompreendido.

A história administrativa é fundamental para entender o contexto em que a documentação está inserida, por meio da história da trajetória instituição ou da pessoa que produziu. A

história arquivística, por sua vez, é o que mais “denuncia” se quem fez a descrição é arquivista ou não, ou se seguiu a Norma para elaborar a mesma. Neste campo, o descritor deve “oferecer informações sistematizadas sobre a história da produção e acumulação da unidade de descrição, bem como sobre a sua custódia” (CONARQ, 2006, p.34). Isso se deve ao fato de que é um campo que requer a utilização dos termos arquivísticos, como fundo, coleção, transferência, recolhimento, pois se deve relatar toda a história da documentação - é neste campo em que o descritor deve especificar se houve a manutenção da ordem original ou não - e em algumas descrições, nota-se claramente que não há um domínio sobre esses termos.

O campo “Especificação do conteúdo” é também muito importante para percebermos quais são os documentos que estão sendo descritos. Nele são descritas informações sobre as tipologias documentais, assunto e estrutura da informação. Vale destacar que na NOBRADE, a regra para descrever “Âmbito e conteúdo” é destacar o “contexto histórico e geográfico” (âmbito) e “tipologia documental, assunto e estrutura da informação” (conteúdo) (2006, p.39). Porém, no Portal, há o subitem “Especificação do conteúdo”, no qual devem ser descritos somente o conteúdo, conforme a regra já estabelecida.

Desta forma, temos três indicadores de contexto: a história do produtor, a história da produção em si e quais tipos de documentos. Sem esses três, é impraticável compreender o contexto, e sem o contexto, não há estrutura orgânico-funcional, e sem este, não há como observar se houve a aplicação do Princípio da Proveniência na organização do acervo.

Assim, não faz sentido descrever um acervo sem podermos compreender o seu contexto de produção e o seu conteúdo, sem se basear no respeito à Proveniência e à Ordem Original. A proposta do Princípio da Proveniência é preservar um contexto

que permite uma produção de sentidos relacionada com o ponto de vista do produtor dos documentos, o rompimento com essa perspectiva reduz as possibilidades dos usos dos arquivos.

3.2 A adoção dos padrões de descrição arquivística no brasil

A tarefa de padronizar uma atividade arquivística que requer um grau tão grande de objetividade é difícil. A descrição é uma representação elaborada por arquivistas que possuem experiências diferentes, e estão inseridos em realidades e contextos diferentes. Como cada arquivo é único dentro do contexto em que está inserido (unicidade), a descrição, representação deste, também é única.

Mesmo com a norma nacional e as normas internacionais de descrição arquivísticas estabelecidas, cada agente de descrição é único e se expressa de um jeito. Desta forma, a descrição sempre vai ser subjetiva e parcial. Ao ler uma descrição, é essencial ficar atento à diferentes interpretações que esta pode ter, já que duas pessoas podem escrever de uma forma diferente uma mesma coisa, estando a descrição sujeita a interpretações diferentes.

É praticamente impossível elaborar normas que lidem com questões que atendam à todos os tipos de necessidades e problemas que os profissionais da Arquivologia lidam no cotidiano. Não somente normas que atendam aos profissionais da descrição, mas também aos usuários destas descrições, cujo perfil é cada vez mais amplo e diversificado.

A NOBRADE procura atender à essas necessidades, entretanto, há itens que, por serem fontes para compreensão de todo o contexto que envolve o objeto que está sendo descrito, já explicados no tópico anterior, deveriam ser obrigatórios.

Os únicos campos obrigatórios, tanto da NOBRADE, quanto da ISAD(G) são os seis primeiros: o código de referência,

título, data, nível de descrição, dimensão e suporte e nome do produtor. Eles são essenciais para ter o mínimo de compreensão a respeito do que está sendo descrito, são informações básicas e fundamentais, entretanto, não são suficientes para compreender tudo que está em volta da unidade descrita, isto é, todo o contexto.

Destacando novamente a definição de descrição,

É o processo em que o arquivista cria representações de um determinado acervo arquivístico, explicitando o contexto e o conteúdo deste acervo. É claramente uma atividade intelectual que demanda competências de interpretação de texto, conhecimento histórico acerca do produtor e de sua época, além de habilidade com a língua em que estão sendo produzidas as informações descritivas. (ANDRADE; SILVA, 2008, p. 15)

Ou seja, se é um processo em que é necessário explicitar o contexto e conteúdo do documento, como é possível que os campos de “História Administrativa”, “História Arquivística” e “Âmbito e conteúdo” (no caso específico do Portal “Especificação do conteúdo”), não sejam obrigatórios, já que remetem diretamente ao contexto e ao conteúdo?

É importante afirmar que todas as áreas e campos de descrição da NOBRADE e da ISAD(G), existem com a finalidade de ressaltar o contexto e o conteúdo dos documentos, e assim, se tornarem o reflexo da organização documental. Por outro lado, é notório destacar que os três itens acima são específicos para isso, e que todos os outros campos não obrigatórios são complementos que fornecem informações adicionais e necessárias para aprofundar a compreensão do contexto. As regras de descrição arquivística estabelecidas pelas normas se completam como um todo, e de uma forma ou de outra, tentam se adaptar aos diferentes descritores e usuários, inseridos em

realidades diferentes.

Portanto, nesse ponto das observações empíricas realizadas, propomos o estabelecimento de mais campos obrigatórios na descrição dos acervos arquivísticos, considerando a pertinente necessidade de se oferecer aos usuários indicadores do contexto de gênese e custódia dos documentos, uma vez que as informações sobre o contexto são elementos capazes de ampliar o significado dos documentos individualmente, além de evidenciar a sua autenticidade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em que pese os recursos tecnológicos já utilizados pelas instituições arquivísticas para a ampliação dos usos e usuários de seus acervos, dois pontos ainda carecem de uma investigação mais aprofundada. Primeiro, constatamos, no Brasil, uma identificação precária entre os arquivos públicos e a maior parte da população. Segundo, notamos a insuficiência dos instrumentos de pesquisa das entidades custodiadoras de acervos arquivísticos para atingir um público amplo que comumente não visitaria os arquivos. A consequência disso é que os arquivos permanecem distantes da população (JARDIM, 1996, 1998, 1999a, 1999b).

Para isto, torna-se fundamental pensar sobre os instrumentos de mediação dos usos que podem ser feitos dos arquivos, não somente como um simples serviço público, mas no sentido em que se trata de um recurso importante para o cidadão. Isso significa dizer que se acredita na concretização do direito à informação governamental por parte do cidadão como um caminho de transparência do Estado à sociedade civil, capaz de efetivar a participação política como dimensão básica da cidadania e minimização de desigualdades sociais.

É, portanto, na perspectiva do acesso aos documentos

de arquivo, por intermédio de adequados instrumentos de pesquisa, que se buscou aprofundar estudos sobre o trabalho de arranjo e descrição, visto que acreditamos na função social dos arquivos.

Ao analisar as descrições dos acervos arquivísticos, observou-se que há inconsistências e uma ausência de informações nas áreas e campos de descrição do Banco de Dados do Portal Memórias Reveladas. Ou seja, são campos preenchidos incorretamente ou com informações imprecisas, e a maioria dos campos não é preenchida, até mesmo os casos em que a Norma Brasileira de Descrição Arquivística estabelece como campos obrigatórios. Assim, os resultados são mais reveladores sobre a realidade da descrição arquivística no Brasil – levando em conta que é uma base de dados que possui cerca de 224 acervos descritos custodiados por instituições de todas as regiões do país – do que sobre a aplicação do Princípio da Proveniência. Uma parte desses resultados foi apresentada na 13ª Jornada de Iniciação Científica da UNIRIO em agosto de 2014, obtendo o Prêmio de melhor trabalho apresentado em forma de comunicação oral na área de Arquivologia.

O indicador mais impactante encontrado no projeto foi que mais de 60% das descrições dispostas no Portal não possuíam informação suficiente para observar se houve a aplicação do princípio da proveniência ou não. Pouco pode-se observar sobre o Princípio da Proveniência, no entanto, pode-se notar sobre a realidade da descrição arquivística no Brasil.

Observou-se que existem casos em que os campos que a NOBRADe estabelece como obrigatórios não foram preenchidos, outros campos fundamentais para compreensão do contexto em que estão inseridos os acervos também não foram, ou seja, esta compreensão é comprometida pela falta de informação sobre os acervos do Portal Memórias Reveladas.

Na perspectiva de desdobramentos desta pesquisa em futuras investigações, formulam-se os seguintes questionamentos: em que medida as omissões de informação nas descrições revela a intenção de esconder a realidade dos acervos descritos? As descrições realmente refletem a realidade dos objetos descritos?

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Ricardo Sodré; SILVA, Rubens Ribeiro Gonçalves da. Aspectos teóricos e históricos da descrição arquivística e uma nova geração de instrumentos arquivísticos de referência. *PontodeAcesso*, Salvador, v. 2, n. 3, p. 14-29, dez. 2008.

ARQUIVO NACIONAL. Dicionário brasileiro de terminologia arquivística. Rio de Janeiro, 2005.

BELLOTTTO, Heloísa Liberalli. Arquivos permanentes: tratamento documental. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro, 2006.

CUNNINGHAM, Adrian. O Poder da Proveniência na Descrição Arquivística: Uma perspectiva sobre o desenvolvimento da segunda edição da ISAAR(CPF). *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 20, nº 1-2, p. 39-46, jan/dez 2007.

GONÇALVES, Janice. Como classificar e ordenar documentos de arquivo. São Paulo: Arquivo do Estado, 1998.

JARDIM, José Maria. A invenção da memória nos arquivos públicos. *Ciência da Informação*. Brasília, v. 25, n. 2, 1996. Disponível em: <http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/issue/view/5> . Acesso em: 02 de setembro de 2006.

_____. Os arquivos (in)visíveis: a opacidade informacional do Estado brasileiro. 1998. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – IBICT, Escola de Comunicação. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.

____. A produção de conhecimento arquivístico: perspectivas internacionais e o caso brasileiro (1990-1995). In: JARDIM, José Maria; FONSECA, Maria Odila (Org.). A formação do arquivista no Brasil. Niterói: Eduff, 1999a.

____. Transparência e opacidade do Estado no Brasil: usos e desusos da informação governamental. Niterói: Eduff, 1999b.

PAES, Marilena Leite. Arquivo: teoria e prática, 28 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

PORTAL MEMÓRIAS REVELADAS: banco de dados. Disponível em: < <http://www.an.gov.br/mr/Seguranca/Principal.asp> >. Acesso em 01 abr. 2015.

SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. Documentos públicos e privados: arranjo e descrição. 2ªed. Rio de Janeiro: FGV, 1980.

SILVA, Eliezer Pires; PAIVA, D. M. A aplicação do princípio da proveniência no Brasil. In: Lucia Maria Velloso de Oliveira e Isabel Cristina Borges de Oliveira. (Org.). Preservação, acesso, difusão: desafios para as instituições arquivísticas no século XXI. 1ed. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2013, v. 1, p. 379-385.